

Artigo recebido em: 23/10/2018

Artigo aprovado em: 29/01/2019

MARX E A NOÇÃO DE UNIVERSALIDADE
um traço hegeliano nos *Grundrisse*, de Marx

MARX AND THE NOTION OF UNIVERSALITY
a Hegelian trace in the *Grundrisse*, by Marx

Allysson Flôres Santos¹
(allyssonflores@gmail.com)

Erick Calheiros de Lima²

Orientador

RESUMO

Este artigo tem como finalidade propor uma conexão que evidencie a influência hegeliana (tendo como base a obra *Ciência da Lógica*) na leitura de Marx acerca dos economistas liberais e da interpretação que fazem da sociedade, principalmente nos temas abordados na primeira divisão de sua obra *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)*. Tais temas consistem na análise de uma dura crítica às abstrações e concepções a-históricas promovidas pela chamada economia política por meio de seus grandes teóricos e principais expoentes: Adam Smith e David Ricardo. Reagindo a essas concepções, Marx proporá o caminho da adoção de uma noção concreta de universalidade, conceito similar à concepção de Hegel de um todo lógico-real.

Palavras-chave: Hegel. Marx. Todo lógico-real.

ABSTRACT

This article aims to propose a connection that demonstrates a Hegelian influence (using his work *Science of Logic* as a pillar) on Marx's understanding of liberal economists and their interpretation of society, mainly in the themes addressed during the first division of his work *Foundations of the critique of political economy (Grundrisse)*. These themes consist in the analysis of a harsh criticism of the abstractions and ahistorical conceptions promoted by what is called the national economy through its great theorists and main exponents: Adam Smith and David Ricardo. Reacting to these conceptions, Marx will propose the adoption of a concrete notion of universality, a similar concept to Hegel's logical-real whole.

Key-words: Hegel. Marx. Logical-real whole.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade de Brasília.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8917672350531809>.

² Professor doutor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3109241300359127>.



1. INTRODUÇÃO

Minha ideia consistiu em dividir este trabalho de maneira crescente, tentando apresentar a formação e as implicações da visão defendida por Hegel em um recorte da *Ciência da Lógica* – em sua crítica à abstração e fossilização do conceito, da História, e na defesa da necessidade de práxis como constituinte do conhecimento. A crítica citada se estenderá às concepções vistas por ele como metafísicas, e haverá também a defesa da dialética como método de acesso à verdade:

A Lógica especulativa contém a Lógica e a Metafísica de outrora; conserva as mesmas formas-de-pensamento, leis e objetos, mas ao mesmo tempo aperfeiçoando e transformando com outras categorias. Deve-se distinguir do conceito, no sentido especulativo, o que habitualmente é chamado de conceito. É no último sentido, unilateral, que se pôs e repetiu milhares e milhares de vezes, e se erigiu em preconceito, que o infinito não pode ser compreendido por meio de conceitos. (CL, §8).

11

Para Hegel, o método dialético é a maneira pela qual se torna possível captar o conceito através de sua constituição, interação e mudança; é precisamente o que permite alcançar o “campo especulativo”, no sentido que ele dá ao termo.

Em seguida, abordarei a apropriação de Marx do conceito de universalidade hegeliana e da dialética como aquilo que é capaz de captar a verdade através da dicotomia, da tensão interior às práticas intramundanas. Tal apropriação servirá como base da constituição da crítica feita à economia política e a seus teóricos – que engessam e introjetam no ser humano o ideal burguês de uma sociedade fragmentada, cindida e esfacelada, fabricando, assim, as chamadas “robinsonadas” –, com uma visão equivocada do processo de produção da mercadoria.

Hegel afirma que o conteúdo da filosofia é a efetividade. Pode-se entender por efetividade aquilo que contém o princípio ativo no e do fenômeno; é aquilo que torna capaz de produzir, moldar e criar: uma engrenagem central para o conceito de experiência.

A efetividade pode ser acessada pela experiência através de um movimento dialético entre sujeito e objeto; isto é, sujeito e objeto interagem entre si e, através dessa interação mútua, um constitui e é constituído pelo outro, em uma recíproca determinação. Só através desse processo de interação entre sujeito e objeto, desse movimento dialético, é possível que apareça a verdade:



Do outro lado, é igualmente importante que a filosofia esteja bem consciente de que seu conteúdo não é outro que o conteúdo originariamente produzido – e produzindo-se – no âmbito do espírito vivo, e constituído em mundo, [mundo] exterior e interior da consciência; [e entenda] que o conteúdo da filosofia é a efetividade. Chamamos experiência a consciência mais próxima desse conteúdo. (CL, §6)

O fenômeno ainda é a faceta transitória da verdade, algo indeterminado, que ainda não se mostra como realmente é. Hegel busca através desse movimento dialético a unidade entre o fenômeno, ou seja, aquilo que é passageiro, e a efetividade:

Enquanto a filosofia só difere segundo a forma de outro conscientizar-se desse único e idêntico conteúdo, é necessária sua concordância com a efetividade e a experiência; e mesmo essa concordância pode considerar-se como uma pedra de toque, ao menos exterior, da verdade de uma filosofia; assim como é para se considerar como o fim último e supremo da ciência o suscitar, pelo conhecimento dessa concordância, a reconciliação da razão consciente-de-si com a razão essente com a efetividade. (CL, §6).

12 O princípio-base da experiência é que ela contém em si a certeza de que, para que se possa aceitar algo como verdadeiro, o ser humano deve estar presente – isto é, deve presenciar o ocorrido. Ele não pode se abster da realidade, tentar olhar de fora, ver de cima; é necessário viver, sentir na pele. É algo que deve ser experimentado pelo ser humano, e não imaginado como um *dever-ser*:

Mas a separação entre a efetividade e a ideia é particularmente grata ao entendimento que toma os sonhos de suas abstrações por algo verdadeiro, e é vaidoso do dever-ser que ele gosta de prescrever, também no e sobretudo no campo político, como se o mundo tivesse esperado por ele para experimentar como deve ser, mas não é. (CL, §6)

Imediatez e mediação, por sua vez, estão em comunhão e são inseparáveis, no que diz respeito à possibilidade de reconhecer algo. São coisas diferentes, mas ambas devem estar presentes no processo de conhecimento. A mediação é uma maneira de conhecer; porém, transforma-se, modifica-se, em contraponto ao imediato. A mediação é um processo vivo, dinâmico, de pura interação entre mediado e imediato.

Hegel interpreta que a atividade de pensar é uma maneira que encontramos de negar algo imediatamente dado. Normalmente, o ser humano busca fixar os acontecimentos em sua tentativa de compreender os fatos históricos e se inteirar deles; entretanto, nos contentamos em somente fixar a mediação e, assim, acabamos por engessar um processo dinâmico.



Dessa maneira, a mediação acaba se transformando em uma nova imediatez, em algo dado; ou seja, transforma-se em algo adquirido e pressuposto.

É justamente aí que reside o problema. A dialética é um processo ativo, e como processo ativo deve tornar esse fato perceptível, expô-lo, e assim devolver vida ao processo; deve trazer de volta o vigor que lhe é característico, visto que se trata de um processo dialético vivo e dinâmico de interação através do qual o conceito adquire objetividade.

Como exemplo desse processo dinâmico e constituinte de interação, Hegel apresenta a filosofia enquanto uma constituição através de partes, as quais devem ser vistas como um todo que se fecha em si mesmo. Trata-se da junção de diversas ciências particulares, como a lógica, a filosofia da natureza e a filosofia do espírito, formando uma só. Por isso, Hegel exemplifica que o correto de uma representação de um todo filosófico é algo circular infinito, que se apropria do anterior e forma algo novo:

Por isso a ciência singular, é tanto reconhecer seu conteúdo como objeto essente, como também reconhecer nele imediatamente sua passagem para um círculo superior. Por conseguinte, a representação da divisão tem algo de incorreto, (que é) colocar as partes ou ciências particulares umas ao lado das outras, como se fossem apenas imóveis e substâncias em sua diferenciação, como espécies. (CL, §18)

13

Pode-se interpretar do afirmado que não há como oferecer uma representação fragmentária acerca da filosofia e da realidade, pois somente o todo da ciência é a exposição de uma ideia, é o pensar idêntico a si mesmo, que se põe perante si para ser para si, enfim, sendo junto a si enquanto é junto ao outro.

Dividir a filosofia é colocar partes-essências (ciências particulares) uma ao lado da outra; porém, ciência é conhecer imediatamente no objeto sua transição. A dialética pretende oferecer uma visão geral do todo, da interação entre universal e particular, em uma organização das dicotomias. Expor tais dicotomias mostra suas relações e contradições.

Por isso é defendida a ideia de que não se pode pensar sem um sistema, sem lógica, pois ela torna possível conhecer as regras que regem os pensamentos, entender sobre o que se pensa e como se pensa. Para o ser humano, portanto, é necessário pensar de maneira objetiva e de maneira subjetiva.

2. A FORMAÇÃO DO TODO LÓGICO-REAL



Hegel se detém, então, em apresentar a formação do “todo lógico-real” como constituído por três momentos, divididos pelo autor na tentativa de uma apresentação mais didática:

- A. O lado abstrato ou do entendimento;
- B. O dialético ou negativamente racional;
- C. O especulativo ou positivamente racional.

Esses três momentos não são partes distintas da lógica; são na verdade lados de um todo que não podem, de maneira alguma, ser isolados. O todo lógico-real é a conexão entre conceito-realidade, é interação viva, o movimento dinâmico de interação entre os três. É, enfim, uma maneira com que fixamos para poder acessar a negatividade de um conceito e, assim, reconstruir sua historicidade:

Eles podem ser postos conjuntamente sob o primeiro momento – o do entendimento – e por isso ser separados uns dos outros; mas, desse modo, não são considerados em sua verdade. A indicação que aqui é feita sobre as determinações do lógico – assim como a [sua] divisão – está aqui somente [numa forma] antecipada e histórica. (CL, §79)

14

A. Acerca do entendimento, Hegel deixa claro seu caráter essencial. O pensar por entendimento se apoia na identidade, na determinidade fixa, ou seja, na diferença que se apresenta frente a outra determinidade – é, em suma, conhecer algo pelas diferenças que apresenta. O entendimento tem a capacidade de captar essa determinidade fixa, a finitude do objeto, superando o que é vago; ele capta o objeto através de seu isolamento e, dessa maneira, se atém ao concreto.

Entretanto, o entendimento é limitado, finito. É necessária atenção para não levar o entendimento além de onde ele pode chegar, uma vez que, assim, ele pode acabar virando seu oposto. O entendimento não é capaz de “virar a chave”, fazer a passagem do finito ao infinito. Essa tarefa é executada pelo segundo momento (*B*), o momento dialético.

B. O momento dialético é justamente a realização consciente da passagem das determinações do entendimento para seu oposto; é o princípio de todo e qualquer movimento. O conceito traz dentro de si uma negatividade, traz em germe uma crítica, algo imanente. É o movimento de superação de seus limites internos.

C. Especulativo é o momento em que se apreende a unidade das determinações em sua oposição, ou seja, quando se capta o contrário de algo em seu



movimento de transformação no novo. É, por exemplo, a captação de algo positivo no negativo.

A dialética apresenta um resultado positivo, pois seu conteúdo é determinado, e não algo imediato. Ela apresenta negações de algumas de suas determinações. Trata-se de algo concreto composto de certa abstração – no caso, o pensar. É, enfim, a mescla de diferentes determinações, consistindo na construção de algo fazendo uso de seu contrário.

3. A APROPRIAÇÃO MARXIANA

Com a primeira parte deste texto, conhecemos a concepção hegeliana de dialética, abrangendo desde sua importância até seu processo de formação. Com base na obra de Marx *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse)*, é possível perceber fortes traços de influência do método proposto por Hegel na *Ciência da Lógica* sobre a leitura marxiana da economia política tradicional e de suas concepções acerca da sociedade; é possível notar também o uso desse método como engrenagem fundamental na exposição das contradições da sociedade burguesa.

15

Para Marx, a economia política tradicional, principalmente através de seus teóricos Smith e Ricardo, parece retirar o ser humano da história. Ela vê o ser humano como algo isolado, confere-lhe uma concepção individualista, atomista, como que colocando-o antes de tudo. Dessa forma, o humano deixa de ser identificado como um ser fruto de resultados históricos e interações, passando a ser visto como um modelo que já deixou de existir, algo fora da sociedade.

A economia política é vista por Marx como uma ciência que tem dentro de si uma relação contraditória, pois é uma ciência que apresenta traços emancipatórios, como o fato de ser capaz de lidar com riquezas, de compreendê-las; porém, apresenta o erro de se considerar fora da história. Assim, ela aparece como reprodutora do ideal burguês atomista e individualista, que contribui para uma cisão ainda mais forte entre forma-conteúdo e sujeito-objeto:

Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza. Até o momento essa tem sido uma ilusão comum a toda a nova época. (MARX, 2011, p. 54-55)



A economia política não compreende a concretude das determinações objetivas, não é capaz de compreender a dialética de construção mútua que faz uso de seu contrário. Quando é acessada dialeticamente, a economia política revela seu problema: o dilaceramento da sociedade. Ela não é capaz de produzir a interação entre universal-particular, e assim deixa de reconhecer o ser humano como indivíduo, coisificando-o.

Marx acredita que esse tipo de concepção é uma maneira de naturalizar as relações burguesas. A burguesia possui uma concepção atomista da realidade mundana, e a economia política acaba por interiorizar no ser humano essa concepção burguesa de realidade, pelo fato de ter um conceito de trabalho abstrato, individualista, a-histórico, fossilizado. Ela apresenta, assim, uma pauperização da sociedade e de suas relações como um todo, isto é, introjeta no ser humano a autocoisificação; além disso, ela acredita que essa maneira de ver as relações humanas é a correta, e tal acaba se tornando a sua própria maneira de entender o mundo e tudo aquilo que a cerca. Trata-se da crença em que seja possível a produção de um singular isolado fora da sociedade. Uma vez que o ser humano é um animal que se constitui na interação, o indivíduo deixa de ser um resultado histórico e passa a ser o ponto de partida dela.

16

Acreditar nisso é acreditar na ideia de um Robinson Crusóé, é ceder às robinsonadas. A economia política toma o indivíduo solitário como gênese, como ponto de partida da realidade – aquele que é livre de determinações sociais, o indivíduo tal como é, pressuposto, em “estado natural”, como posto pela natureza da maneira como se apresenta, livre de toda e qualquer interação. A sociedade burguesa corta os laços do ser humano com a comunidade:

Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. (MARX, 2011, p. 54)

Porém, Marx dá o exemplo, isso soa tão surreal quanto acreditar que seja possível desenvolver a linguagem sem seres humanos vivendo uns com os outros. Embora Marx concorde com a posição, defendida por Aristóteles, de que o ser humano é um animal político, ele vai além, afirmando que o ser humano é um animal que só pode se isolar em sociedade:

A produção do singular isolado fora da sociedade – um caso excepcional que decerto pode muito bem ocorrer a um civilizado, já potencialmente dotado das capacidades da sociedade, por acaso perdido na selva – é tão absurda quanto o desenvolvimento da



linguagem sem indivíduos vivendo juntos e falando uns com os outros. (MARX, 2011, p. 55-56)

Marx acredita que esses estudiosos da economia política representam, em seus trabalhos, a produção como algo independente, em contraposição ao consumo, distribuição e troca, e tentam conceber a produção como um momento isolado, com características totalmente distintas, leis naturais já dadas, constitutivas, acima da história, de maneira atemporal. Reforça-se, assim, o ideal burguês atomista e a-histórico; o indivíduo é isolado em seu trabalho e afastado da realidade.

Porém, a produção deve ser vista como parte integrante de um todo, e não como uma engrenagem separada, passível de ser percebida e abstraída completamente. Ela deve ser vista, sim, como algo entrelaçado, que constitui e é constituído, parte integrante de um processo em que se mescla com outras engrenagens. A produção material é social:

As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial. Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes. (MARX, 2011, p. 57)

17

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de Marx em evidenciar essa mescla, essa universalidade dos momentos através do entendimento é necessário para vivificar, fluidificar categorias tomadas como fixas, abstratas e inorgânicas. O filósofo busca ultrapassar essa barreira de estranhamento e formular a concepção de um todo que interage, perceber a relação concreta existente entre as determinações fixas. Somente alcançando o entendimento de tal interação será possível reconhecer essas categorias e trabalhar conscientemente sobre os conceitos. Obter esse entendimento é ter consciência do todo lógico-real:

Quando tais trivialidades são reduzidas ao seu efetivo conteúdo, expressam mais do que sabem seus pregadores. A saber, que toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo etc. A insipiência e o desentendimento consistem precisamente em relacionar casualmente o que é organicamente conectado, em reduzi-lo a uma mera conexão da reflexão. (MARX, 2011, p. 60)



Conceitos são, assim como para Hegel, construídos através de práticas intramundanas de interação. Trata-se da linguagem como práxis formadora de entendimento mútuo, constituído de maneira dialética, através de suas contradições, em uma ação societária fluida, viva e orgânica. Assim, podemos reconstruir seu processo constitutivo, não dando saltos; enfim, deixando de matar um processo vivo.



REFERÊNCIAS

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

